

TERRITORIALIDADES AGROECOLÓGICAS EM COMUNIDADES RURAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Agroecological territorialities in rural communities of Southwest of Paraná

Territorialidades agroecológicas en comunidades rurales del Sudoeste del Paraná

Marcos Aurelio Saquet¹
Raquel Alves de Meira²

Recebido em maio de 2019. Publicado em outubro de 2019.

Resumo: A pesquisa foi realizada em seis municípios do Sudoeste do Paraná, a partir do objetivo de compreender as territorialidades da agricultura camponesa reproduzidas pelos produtores agroecológicos e dos moradores das comunidades rurais destes municípios. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico e documental, aplicação dos questionários, realização das entrevistas com os moradores locais, visitas às comunidades para registro fotográfico, mapeamentos de localização e temáticos, elaboração dos croquis dos estabelecimentos agroecológicos e coleta e análise dos dados secundários do IBGE. Entre os principais resultados conseguidos, está o mapeamento do patrimônio histórico construído das comunidades rurais onde vivem os camponeses agroecológicos, a identificação das suas principais territorialidades de vida cotidiana, bem como suas práticas agroecológicas e culturais reproduzidas ao longo dos anos.

Palavras-Chave: Comunidades Rurais; Território; Cultura Camponesa; Reciprocidade.

Abstract: The research was carried out in six municipalities of the Southwest of Paraná, from the objective of understanding the territorialities of peasant agriculture reproduced by the agroecological producers and the residents of the rural communities of these municipalities. The methodological procedures used were: bibliographic and documentary survey, application of questionnaires, interviews with local residents, visits to communities for photographic registration, location and thematic mapping, drawing of sketches of agroecological establishments, and collection and analysis of secondary data IBGE. Among the main results achieved are the mapping of the historical heritage built from the rural communities where the agroecological peasants live, the identification of their main territorialities of everyday life, as well as their agroecological and cultural practices reproduced over the years.

Keywords: Rural Communities; Territory; Peasant Culture; Reciprocity.

¹ Professor da UNIOESTE e coordenador do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR), Pesquisador do CNPq, E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

² Geógrafa e bolsista de apoio técnico da Fundação Araucária, E-mail: rakelmeira@hotmail.com

Resumen: La investigación fue realizada en seis municipios del Sudoeste del Paraná, a partir del objetivo de comprender las territorialidades de la agricultura campesina reproducidas por los productores agroecológicos y de los moradores de las comunidades rurales de estos municipios. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron: levantamiento bibliográfico y documental, aplicación de los cuestionarios, realización de las entrevistas con los habitantes locales, visitas a las comunidades para registro fotográfico, mapeamientos de localización y temáticos, elaboración de los croquis de los establecimientos agroecológicos y recolección y análisis de los datos secundarios del IBGE. Entre los principales resultados logrados, está el mapeamiento del patrimonio histórico construido de las comunidades rurales donde viven los campesinos agroecológicos, la identificación de sus principales territorialidades de vida cotidiana, así como sus prácticas agroecológicas y culturales reproducidas a lo largo de los años.

Palabras clave: Comunidades Rurales; Territorio; Cultura Campesina; Reciprocidad.

INTRODUÇÃO

A partir dos resultados da pesquisa realizada por meio do projeto “As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa (agro)ecológica”, elaboramos este texto para socializar uma síntese da abordagem territorial adotada, os procedimentos utilizados e parte das principais representações elaboradas no decorrer da pesquisa, juntamente com algumas análises das comunidades rurais onde vivem os sujeitos estudados. Evidenciamos aspectos da cultura camponesa reproduzida historicamente, das comunidades rurais e das práticas agroecológicas, completando a descrição e abordagem feita em Saquet, Meira e Panho (2015).

As atividades da pesquisa foram realizadas em seis municípios do Sudoeste paranaense (Quadro 1), a partir do objetivo de compreender as territorialidades e as temporalidades da agricultura camponesa, reproduzidas pelos produtores agroecológicos e dos moradores das comunidades rurais destes municípios. O projeto foi financiado pela Fundação Araucária (Edital Pesquisa Básica e Aplicada 24/2012) e pelo CNPq (Edital Universal 14/2013).

Para atingir o objetivo, os procedimentos metodológicos utilizados foram levantamento bibliográfico e documental; aplicação dos questionários e realização das entrevistas com os moradores locais; visita às comunidades identificando as infraestruturas e as territorialidades cotidianas; registro fotográfico para elaboração dos mosaicos das imagens e para identificação do patrimônio construído; mapeamento de localização e temático; elaboração dos croquis dos estabelecimentos agroecológicos; coleta e análise dos dados secundários do IBGE, todas atividades realizadas no âmbito do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais).

As informações das comunidades rurais que identificamos nos seis municípios foram concedidas pela Co-Catedral Diocesana Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão, em 2013; Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, em 2014; Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, em 2013; Prefeitura Municipal de Marmeleiro, em 2014. Também fizemos uso do Arquivo Fotográfico do GETERR/UNIOESTE (2013-2018).

Quadro 01 – Municípios, número total das comunidades rurais identificadas e quantidade das estudadas empiricamente.

Município	Nº total de comunidades rurais	Nº de comunidades estudadas empiricamente
Ampére	34	1
Flor da Serra do Sul	24	2
Francisco Beltrão	64	8
Itapejara d'Oeste	19	14
Marmeleiro	40	6
Verê	32	13

Organização: MEIRA, R. A. (2018).

As territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias e entre os indivíduos de diferentes lugares, como compreenderam anteriormente Fals Borda (1961), Dematteis (1964) e Raffestin (1977). Estas relações são próximas e distantes, de alteridade e exterioridade, curtas, intermediárias e longas, simétricas e assimétricas, de poder, liderança, conflito e concorrência, coexistindo reciprocidade e mercado. As territorialidades variam no tempo e no espaço, porém, também podemos viver territorialidades similares ou comuns e, quando isso ocorre, estamos construindo, socialmente, identidades.

Os sujeitos sociais e suas relações cotidianas são centrais na orientação teórico-metodológica adotada para estudar os agricultores (agro)ecológicos em suas comunidades de vida. São relações entre sujeitos, grupos e diferentes classes sociais, que também ocorrem no âmbito de cada classe social: de cooperação, parceria, associação, concorrência, disputa, troca, enfim, relações plurais, territorialidades (i)materializadas na forma de redes e em diferentes escalas (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980]; DEMATTEIS 2001; SAQUET, 2007, 2015 [2011]).

Desse modo, por meio das distintas territorialidades, as redes de circulação e comunicação podem ser individuais e/ou de grupos, locais, regionais, nacionais, transnacionais, intercontinentais e globais (DEMATTEIS, 1985, 1995, 1997, 2001; CAMAGNI, 1997); formam *nós* e *malhas* (INDOVINA e CALABI, 1974; RAFFESTIN, 1993 [1980]); significam conexões *trans-territoriais* comerciais, produtivas e tecnológicas (CAMAGNI, 1993, 1997; RULLANI, 2009), políticas e culturais (SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2015 [2011]).

Assim, as comunidades rurais são compreendidas como pequeníssimos *nós* entre sujeitos do campo e outros que ali transitam por diversos motivos, são aglomerações no espaço rural que contêm uma sede, normalmente, com pelo menos um centro comunitário (pavilhão), uma igreja, uma escola, algumas áreas de lazer, algum bar e atividades de serviço, bem como relações

consideradas comunitárias, tais como ajuda mútua na produção agropecuária e na organização das festas, associações para compra de equipamentos de uso coletivo, reprodução de uma identidade cultural predominante, visitas entre vizinhos etc. A comunidade deriva da interação solidária entre diferentes *atores* em uma sociedade complexa, é constituída por uma pluralidade de sujeitos que exercem distintas associações num certo território (MAGNAGHI, 2006), fazendo parte da *cultura camponesa* historicamente reproduzida (THOMPSON, 1998 [1991]).

Reconhecemos, portanto, que há reciprocidade e solidariedade entre parentes e vizinhos em distintos espaços-tempos (POLANYI, 2000 [1944]; BAGNASCO, 1977, 1988; WOORTMANN, 2004; BRANDÃO, 2004). De maneira mais geral, os *princípios coexistentes de comportamento* social são a *reciprocidade*, a *redistribuição* e a *domesticidade*, como muito bem identificara Polanyi (2000 [1944]): a primeira está vinculada à família e ao parentesco, tem a ver com as relações simétricas, de ajuda mútua e confiança e, ao mesmo tempo, com a espontaneidade, sem visar o lucro; na segunda, há centralidade social, cobranças e pagamentos; na terceira, produção para uso próprio, troca e mercado.

E a partir da “lógica” camponesa e da apropriação privada familiar do território, nos municípios estudados, identificamos muitas das chamadas “linhas”, porém, várias não possuem sede, acabam sendo apenas a ligação entre duas comunidades, alguns estabelecimentos rurais e as famílias que ali habitam. Também vale destacar que cada comunidade possui características próprias, evidenciadas a partir da origem dos migrantes que colonizaram o Sudoeste do Paraná a partir dos anos 1940, no bojo das migrações gaúcha e catarinense.

O Sudoeste do Paraná teve sua colonização efetiva e sistemática promovida pelo Estado com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943, representando uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a ocupação de uma área de fronteira e a acumulação capitalista a partir da produção de alimentos para o mercado interno. Essa colonização materializa a existência de pequenos estabelecimentos rurais com a produção de alimentos com base no trabalho familiar, ao mesmo tempo, atendendo a uma lógica de planificação estatal e do mercado (ALVES et al, 2004; SANTOS, 2008).

Até a década de 1960, o trabalho e a produção mercantil no Sudoeste paranaense, foram baseados em atividades que exigiam menor dispêndio financeiro, como a erva-mate, a criação de porcos e o cultivo de feijão. Na medida em que as redes de circulação e comercialização são ampliadas, outras atividades agropecuárias são estabelecidas, todavia sem romper significativamente a dinâmica territorial constituída a partir da chegada dos migrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esta migração provocou a superação da economia cabocla predominante na região, consubstanciando uma transição cultural, econômica e política, tanto nas

idades em processo de formação como no espaço rural dos municípios que também se formavam (WACHOWICZ, 1987; SAQUET, 2006; ALVES et al, 2004; BRISKIEVICZ e SAQUET, 2010), constituindo-se pequenos agrupamentos populacionais dispersos e articulados às sedes municipais, doravante denominados de comunidades rurais.

A centralidade da identidade

Quando nos referimos à cultura, pensamos no conjunto de práticas, saberes, valores, símbolos e normas construídas ao longo do tempo a partir das interações sociais que se dão através das relações entre determinados grupos humanos e em determinado tempo-espaço. A identidade tem centralidade na constituição cultural e territorial de certo grupo social, consoante trabalhamos em Saquet, Meira e Panho (2015).

Bauman (2012) ressalta que a identidade é uma medição para a constituição da cultura e, uma das formas, ocorre por meio da *práxis*, resultado da ação humana na busca pela significação própria. Dessa forma, este autor compreende que as manifestações culturais são atividades livres e criativas, pelas quais o homem transforma a realidade em que vive. Já Bhabha (1996) evidencia outro aspecto também importante, quando afirma que a hegemonia de uma cultura requer a interação da alteridade coletiva dos seus membros, produzindo uma sociedade politizada, pois quando os grupos estão bem organizados, podem resistir à realidade alienante, por meio de uma compreensão adequada e da ação política coordenada.

Hall (2006), por sua vez, afirma que, identidade e alteridade, outrora constituídas a partir de um ponto fixo de referência, atualmente, são abaladas pela intensa movimentação das pessoas, informações e mercadorias. O período de modernização dos transportes e das tecnologias da informação permite que, nas fronteiras nacionais, diversas culturas interajam, alterando as identidades e acirrando a integração econômica e os avanços nas tecnologias, também contribuindo para homogeneizar a cultura (PACHECO, 2004).

Assim, as identidades, tanto individuais como de grupos, não estão isoladas da construção territorial e suas características peculiares fazem parte de um processo construtivo, estão em constante movimento, com mudanças e inovações (PEDON e SOUZA, 2007; SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009). As características culturais da identidade surgem através das necessidades espirituais e intelectuais, que são pressionadas por outras necessidades materiais, nas quais as mudanças não modificam apenas o sujeito, mas também o lugar onde ele vive (BHABHA, 1996). Há uma unidade entre materialidade e imaterialidade, consoante argumentara (SAQUET, 2007), evidenciando, também, o processo histórico inerente à cada identidade: significa um movimento

formado por relações, valores, comportamentos, ideologias, edificações (casas, escolas, monumentos etc.), estradas, ritos etc. A identidade cultural é composta por diferentes elementos como valores, costumes, modos de pensar, estilos de vida, histórias, instituições, etnias e o meio natural (SEIXAS, 2008).

Sucintamente, segundo Saquet (2014), a identidade é construída histórica e socialmente, por certo grupo social, com mudanças e permanências, pode significar resistência e/ou direcionamento para o desenvolvimento local e ela é criada por meio de relações afetivas e do sentimento de pertencimento ao lugar, tendo, portanto, um conteúdo territorial vinculado à mobilização e luta política. As relações afetivas e o sentimento de pertencimento ao lugar se dão no território, onde há relações sociedade-natureza materializando-se constantemente, onde o povo vive suas angústias, lutas, alegrias, tristezas, conflitos, cooperações e é, muitas vezes, oprimido.

Comunidades rurais e práticas agroecológicas

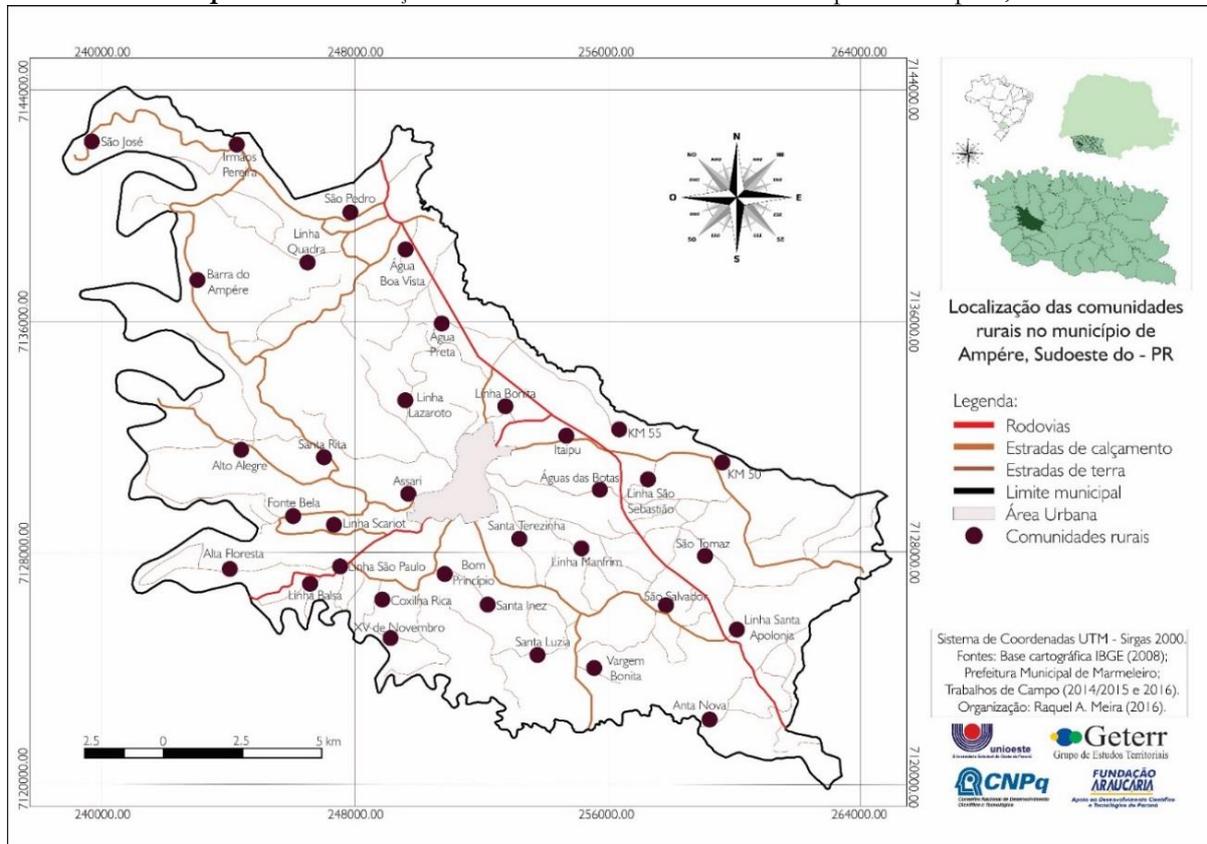
No município de Ampére, a partir dos dados disponibilizados pela FAMPER (Faculdade de Ampére) existem, atualmente, 34 comunidades rurais. Neste município não investigamos a fundo as comunidades, pois não tínhamos recursos financeiros para tal. Com os dados que obtivemos, elaboramos um mapa com a localização das comunidades rurais no município (Mapa 1). Nosso foco, assim, foi estudar suas territorialidades e práticas agroecológicas. Atualmente são realizadas 3 feiras semanais em Ampére, uma delas acontece duas vezes por semana e as demais são semanais. Há aproximadamente 30 produtores que participam das feiras identificadas, destes apenas um tem certificação de produção orgânica.

No município de Flor da Serra do Sul, identificamos 24 comunidades rurais, a partir dos dados repassados pela Secretaria de Agricultura Municipal, como vemos no Mapa 02. Destas, estudamos empiricamente duas comunidades localizadas nas margens da BR 280 e acompanhamos a feira livre realizada na cidade de Flor da Serra, a mais recente dos municípios estudados, pois foi iniciada em maio de 2015 a partir das Conferências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), organizadas pela Prefeitura Municipal de Flor da Serra com os produtores rurais: decidiram realizar a feira aos sábados de manhã para comercializar o excedente da produção familiar.

O município de Francisco Beltrão tem a maior população dos seis municípios estudados, fato que se revela também no maior número de comunidades rurais, ao todo são 64 (Mapa 3), das quais estudamos 8 (Jacutinga, Nova Concórdia, Rio do Mato, Santo Isidoro, Secção Jacaré, Secção Progresso, Secção São Miguel e Volta Grande do Marrecas), reunindo um patrimônio muito rico

culturalmente, com escolas, igrejas, capelas, pavilhões comunitários, restaurantes, campos de futebol, canchas de bochas etc.

Mapa 01 – Localização das comunidades rurais no município de Ampére, PR.



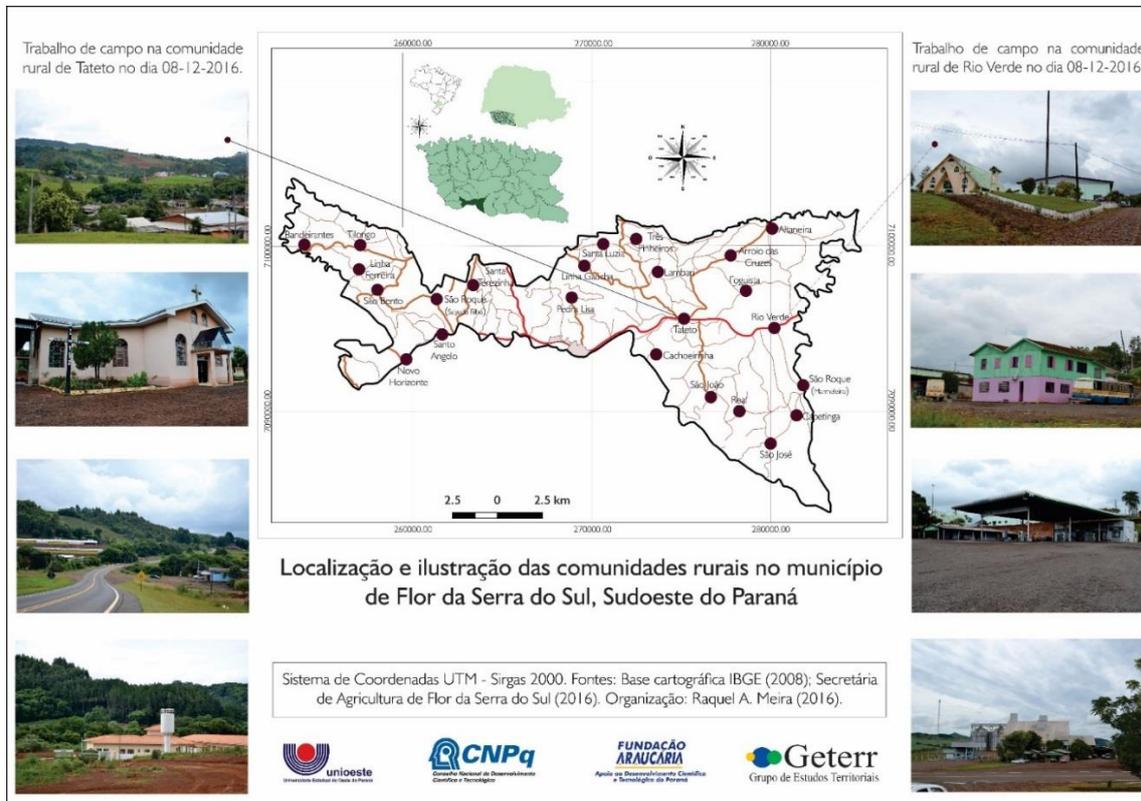
Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

A comunidade de Jacutinga teve sua ocupação efetiva e sistemática a partir de 1940, quando algumas famílias provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul formaram um pequeno aglomerado. A grande maioria dos moradores da comunidade possui descendência alemã e, historicamente, eles realizam a Festa Alemã. As famílias que residiam na comunidade de Jacutinga eram muito solidárias, principalmente no que se referia aos problemas de saúde, aos trabalhos nas lavouras e à recepção aos recém-chegados (HELMANN, 1981). Entretanto, a Entrevistada C. J. H. (2014), esclarece que estes costumes que faziam parte da vida em comunidade estão sendo perdidos: “já existiu mais, hoje eles se reúnem apenas para organizar o cemitério, nas festas para quem é da diretoria e os amigos mais chegados trabalham, quando é para limpar a gruta vai um grupinho”.

A comunidade de Jacutinga está localizada nas proximidades da rodovia PR 182, conta com uma boa infraestrutura, com escola municipal, igreja, pavilhão de festas, quadra esportiva, bares,

mercearias e acesso asfaltado até o agrupamento populacional. Ali residem cerca de 1.482 habitantes (IBGE, 2010). Apesar da infraestrutura existente, o atendimento das necessidades de maior complexidade, principalmente de saúde, é direcionado para a cidade de Francisco Beltrão.

Mapa 02 – Localização e ilustração do patrimônio das comunidades rurais no município de Flor da Serra do Sul, PR.



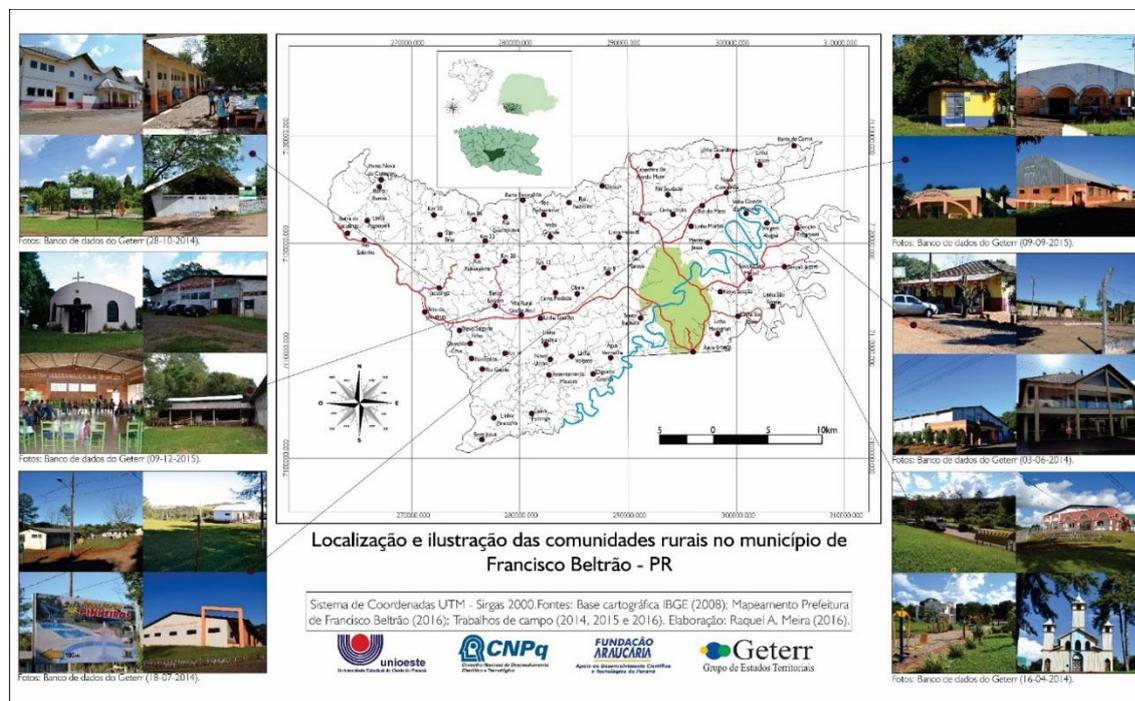
Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Também em Francisco Beltrão, na Secção Progresso, realiza-se a festa do padroeiro Santo Antônio e a Festa Polonesa que inclui um jantar com pratos considerados típicos poloneses e danças (SANTOLIN, 2006). O principal objetivo da realização da festa polonesa, segundo o Entrevistado O. P. W. (2014), é manter e resgatar o máximo possível os costumes dos seus ancestrais, muitos praticados nos municípios de origem e repassados de geração em geração, preservando a identidade familiar e comunitária.

As duas comunidades, Jacutinga e Secção Progresso, são bastante conhecidas no município por conta das suas festas, alemã e polonesa. Ambas são constituídas, essencialmente, por pequenas propriedades rurais onde se produz, principalmente, soja, milho, leite e se pratica a avicultura. De acordo com o Entrevistado O. P. W (2014), as festas foram muito positivas para o fortalecimento da comunidade, influenciando a formação da Associação dos Moradores Secção Progresso, que

disponibiliza um trator e implementos agrícolas: “antigamente se queriam passar veneno era preciso desembolsar uma grande quantia, hoje temos a associação de moradores, por mais que os recursos ofertados não sejam ideais, antigamente era bem pior, hoje é acessível a todos os produtores”; o entrevistado relata também que a associação dá “mais força” aos agricultores para continuarem nas atividades do campo, pois muitos não têm suporte e condições para comprar individualmente os tratores; a associação favorece essa condição, além de uma base para manter os produtores organizados politicamente por meio das reuniões, palestras e assembleias. A diretoria é composta pelos próprios moradores e há articulações conjuntas com as entidades sindicais e com representantes políticos para aquisição de implementos agrícolas.

Mapa 03 – Localização e demonstração do patrimônio das comunidades rurais no município de Francisco Beltrão, PR



Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Na comunidade de Nova Concórdia, também em Francisco Beltrão, a sede conta com um número maior de moradores, em sua maioria, descendentes de italianos que realizam a Festa Gauchesca e a Cavalgada da Amizade, todos os anos. No conjunto dessas três comunidades, percebemos a centralidade ainda presente da organização coletiva, a qual, apesar de algumas dificuldades relatadas por alguns moradores, é fundamental para a manutenção da cultura local, do patrimônio das famílias e das atividades anuais de cada comunidade.

Característica das comunidades rurais, as relações de cooperação, são destacadas pela Entrevistada V. G. C (2015), evidenciando as relações de ajuda mútua que se estabeleceram histórica e geograficamente, principalmente nos períodos das colheitas, por motivos de doenças e na realização das festas:

[...] quando apurava a gente (na colheita), os vizinhos, se ajudavam para não estraga. Colhia, botava no paiol e esperava a trilhadeira chegar. Demorava, tinha que botar no sol e bater a manguá. Trocávamos alimentos, quem tinha o trigo mais cedo trocava e depois o outro devolvia, uma bolsa para um, outra para outro, daí ia assim (ENTREVISTADA V. G. C., 2015).

Porém, o Entrevistado H. C (2015) destaca que muitos dos costumes solidários não estão mais presentes:

[...] antigamente se você precisasse de uma pessoa por doença, tudo mundo se ajudava, hoje não acha mais, o pessoal era mais solidário. Eu achava melhor antes, agora tem mais carro, movimento, nós íamos até em Francisco Beltrão a pé, era mais sofrido mais melhor de viver. Ia fazer serão de noite nas famílias, quando não era muito apurado o serviço na roça, contava causa e hoje não tem mais nada disso.

Apesar dos relatos desses entrevistados, notamos que a comunidade de Nova Concórdia possui uma população jovem ainda significativa, muitos participam na organização das festas e em demais atividades que se organizam na comunidade.

Já na comunidade de Rio do Mato, boa parte dos moradores é idosa e não teve muito estudo; herdaram as terras dos seus pais e, os jovens, geralmente, migram para estudar e acabam se estabelecendo em cidades. Tanto o Entrevistado I. D. C. (2014) como o M. S. R. (2014), relataram que seus filhos não se identificam com os trabalhos do campo e foram morar na cidade. Os mesmos entrevistados ressaltam as mudanças ocorridas na vida local em relação ao que viviam na década de 1960: atualmente “tudo” (sic) é mais fácil, porém, o convívio com as pessoas era melhor, os moradores se organizavam para a realização das festas nas comunidades com muito empenho, porém, agora, não possuem a mesma relação de envolvimento entre si, de cooperação e ajuda mútua.

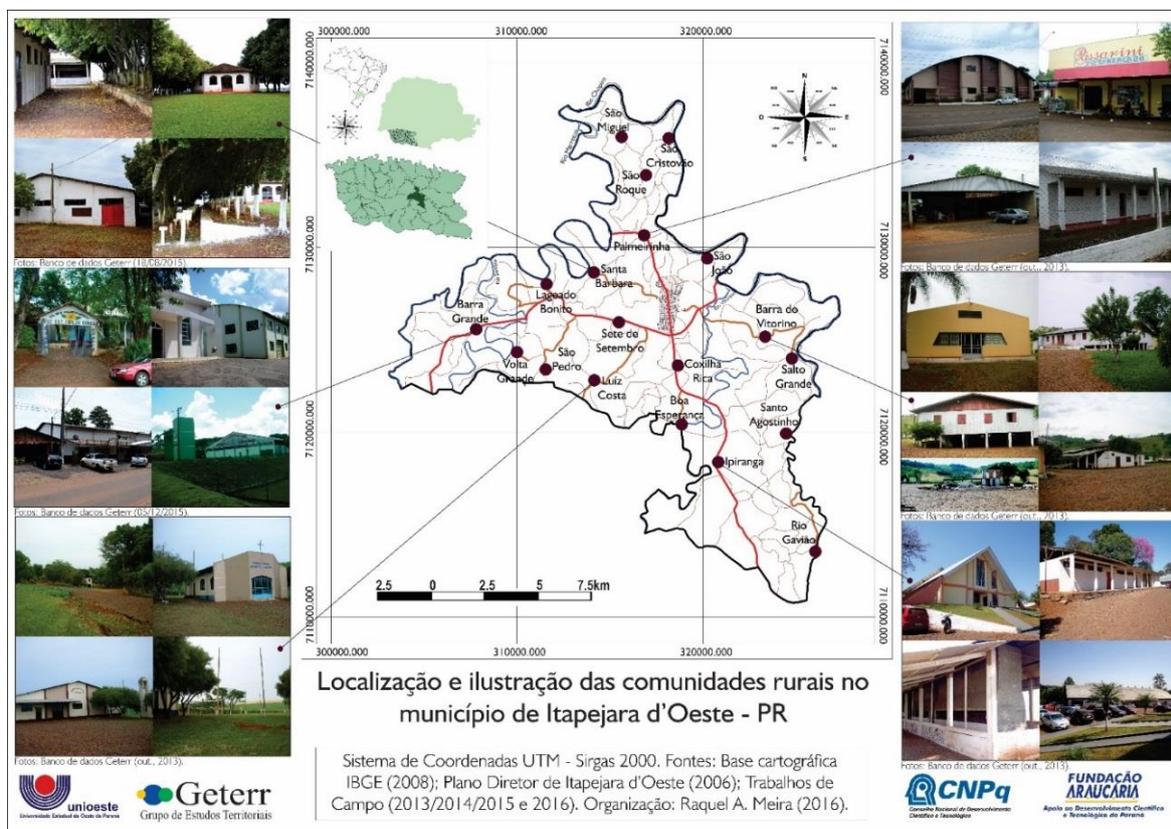
Outra comunidade pesquisada, também de migração italiana, é a Secção Jacaré. Pansera (2006), destaca as dificuldades de acesso à comunidade, desde sua formação, com as estradas em péssimas condições; para chegar na Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão, levavam até um dia para

irem e voltarem. Na década de 1970, em decorrência das necessidades da população local, surgiram bares, mercearias, serrarias e um moinho etc. (NESI, 2011).

A Secção Jacaré, atualmente, dispõe de uma escola de ensino fundamental, fundada em 1978, que recebe alunos das comunidades da Linha São Roque, Secção São Miguel, Secção Progresso, Vargem Alegre, Vila Lobos e Volta Grande do Marrecas; de acordo com o IBGE (2010), no distrito da Secção Jacaré, há 1.378 habitantes.

No município de Itapejara d'Oeste pesquisamos 14 das 19 comunidades rurais (Mapa 04). Muitas delas tiveram sua formação, a partir de um pequeno núcleo de moradores, antes da emancipação do município, que ocorreu em 1964. No município, predominaram os migrantes de descendência italiana, seguidos por portugueses, poloneses e alemães, provenientes no mesmo processo de ocupação sistemática do Sudoeste do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (MAYCOT, 2001; SERENA, 1968).

Mapa 04 – Localização e ilustração do patrimônio das comunidades rurais no município de Itapejara d'Oeste, PR.



Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Algumas das comunidades rurais tiveram sua formação efetiva, exclusivamente, por migrantes descendentes de italianos, como é o caso da comunidade de Barra Grande que, atualmente, possui um contingente populacional superior às demais comunidades de Itapejara d'Oeste. As comunidades rurais de Barra Grande, Volta Grande e Lageado Bonito são habitadas na maioria por descendentes de italianos que tentam manter sua cultura, visivelmente notada no sotaque, pois percebemos a utilização de muitas palavras dos dialetos italianos, e por outros costumes, como as festas e os jantares que são realizados nas sedes de cada comunidade. Já na comunidade de Palmeirinha, a ocupação se deu por migrantes de descendência espanhola, polonesa, italiana e alemã (MAYCOT, 2001), aspecto que revela a diversidade cultural que se reproduziu através dos costumes das pessoas de diferentes etnias, acirrando as disparidades entre os grupos sociais.

Em quase todas as comunidades rurais, percebemos uma baixa concentração populacional nas proximidades das sedes, o que acaba não fortalecendo a dinâmica da vida comunitária entre os moradores. Porém, isto não acontece com as comunidades de Barra Grande, Lageado Bonito e Palmeirinha, pois são as mais povoadas do município; Barra Grande e Palmeirinha possuem comércios e serviços em suas sedes. Os moradores parecem mais envolvidos e comprometidos com a organização da dinâmica comunitária e, desta forma, solidificam relações como a ajuda mútua na organização das festas locais, (re)produzindo costumes dos seus ancestrais.

Em Lageado Bonito, os moradores que entrevistamos destacaram a união existente entre si desde a época da sua formação, na década de 1960, pois foi a partir do esforço comunitário que construíram a igreja e, mais tarde, o centro comunitário. O envolvimento entre os moradores é percebido nos dias atuais, uma vez que, através das suas doações financeiras, recentemente, construíram a capela mortuária e outras benfeitorias na sede da comunidade.

Nas demais comunidades pesquisadas no município (Boa Esperança, Barra do Vitorino, Coxilha Rica, Ipiranga, Linha São João, Luiz Costa, Salto Grande, Santa Barbara, São Miguel, São Roque e Sete de Setembro), encontramos evidências de certo abandono, uma pequeníssima quantidade de moradores e a falta de equipamentos públicos, contando, em cada uma delas, apenas com a igreja e o pavilhão comunitário, onde existem poucas famílias que parecem ter uma vida mais simples, apesar da inserção do mercado, feita por meio da produção da soja, do milho e do trigo.

Os contrastes encontrados nessas comunidades evidenciam a existência de diferentes temporalidades, algumas pessoas parecem viver num ritmo mais acelerado, outras, numa rotina mais cadenciada, talvez acomodados diante das dificuldades vividas cotidianamente. Como destaca Saquet (2003, p. 19): “Os tempos são tempos desiguais, vividos em cada dialética espaço-tempo,

mas dá-se também uma relação singular x universal, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades”.

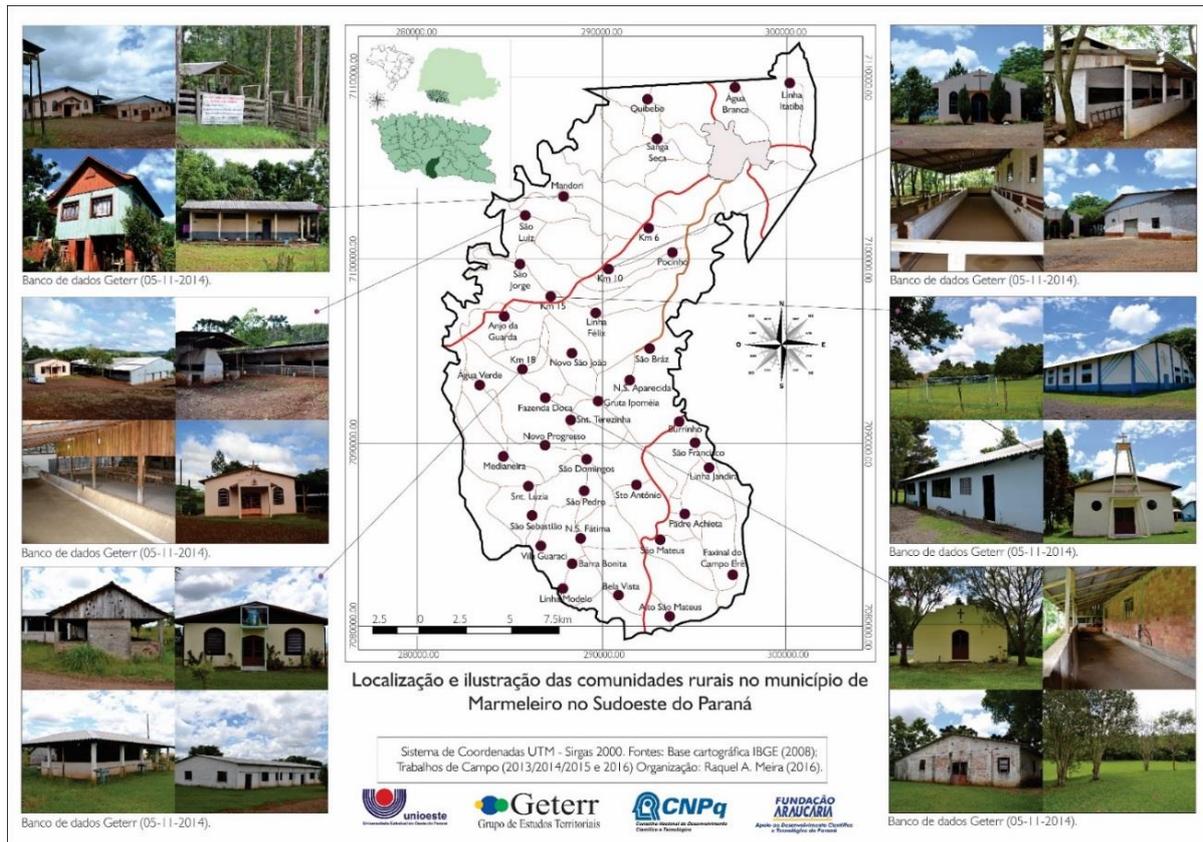
Alguns equipamentos encontrados nas moradias de algumas comunidades demonstram temporalidades com ritmos mais acelerados, embora ainda sejam utilizados meios de trabalho mais antigos como as carroças de tração animal, juntamente com pequenos tratores. Essas diferentes temporalidades coexistem caracterizando diferentes ritmos de vida, produções e relações sociais. As temporalidades com ritmos mais acelerados estão ligadas à produção e comercialização, enquanto as mais lentas voltam-se para o lugar, revelando uma relação mais endógena dos sujeitos em suas comunidades, provavelmente, mais enraizados também.

Das 40 comunidades rurais identificadas no município de Marmeleiro, pesquisamos 6 (Mapa 5). Uma delas foi a comunidade de Itaíba, que teve sua formação a partir da vinda dos migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelo fato de terem sido atingidos pela construção de uma hidrelétrica; os que possuíam título da terra foram indenizados, os que não possuíam trabalhavam como arrendatários e os que moravam com os pais, foram assentados em várias regiões do Sul do Brasil, incluindo o município de Marmeleiro, no final da década de 1990 (BRAGA, 2010). O Entrevistado M. S. (2015) relata que o nome da comunidade foi definido a partir da junção dos nomes de onde migraram, dos municípios de Itá e Aratiba, que originou o nome de Linha Itaíba. No ano de 1989, foi construído, pela ELETROSUL, o primeiro pavilhão de festas na comunidade e, uma década depois, foi derrubado para construção de um novo, de alvenaria, que permanece até os dias atuais.

Entre as comemorações realizadas na comunidade, destacam-se as festas católica e luterana, quando há cooperação entre os moradores, o que contribui para o fortalecimento e unidade entre os mesmos e também nos permite inferir que a solidariedade foi fundamental na construção do assentamento, como um traço da cultura camponesa reproduzida de geração em geração pelos migrantes gaúchos e catarinenses.

A comunidade de Manduri também foi formada por migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: migraram com o desejo de comprar terras e melhorar a qualidade de vida, pois naquela época existiam políticas oficiais de colonização, o que atraiu muitas famílias. Esta comunidade teve sua fundação no ano de 1950: na época existiam aproximadamente 40 famílias, a grande maioria era descendente de poloneses, italianos e alemães, além dos *nativos* (ENTREVISTADO A. A., 2014). Atualmente, a maioria dos seus fundadores já é falecida, conforme o relato do Entrevistado A. A. (2014), “do tempo em que eu cheguei aqui, para dizer com franqueza, dos moradores que estão hoje aqui e que estavam naquele tempo, que eu lembro é a viúva Simon”.

Mapa 05 – Localização e demonstração do patrimônio das comunidades rurais no município de Marmeleiro, PR.



Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

A partir desse relato podemos identificar que, além do incentivo à colonização, muitos buscavam terras com preços mais baixos, considerando que esta região ainda era praticamente coberta por mata nativa, habitada de forma esparsa por índios e caboclos, aspecto que possibilita compreender o expressivo número de pessoas que migraram e aqui se apropriaram das terras para trabalhar e viver, reproduzindo costumes que praticavam no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina.

Outra comunidade, onde realizamos entrevistas com os moradores, é a do Km 15: teve sua fundação aproximadamente no ano de 1952, na mesma época da comunidade de Manduri, mas está localizada às margens da rodovia PR 280, pavimentada, tem uma boa infraestrutura, mesmo sem muitos moradores na sede, alguns se organizam através da Sociedade Esportiva Varonil, que parece fazer parte das atividades de lazer dos moradores.

O nome Km 15 surgiu a partir da abertura da estrada que liga os municípios de Marmeleiro e Barracão, BR 280, e a localidade está situada a 15 km da cidade de Marmeleiro. Na época a

comunidade contava com aproximadamente 104 famílias, o Entrevistado F. O. G (2015) conta que: “quando nós viemos morar aqui não tinha Linha Félix, não tinha a Gruta, pois estava se formando, não tinha o Km 18, não tinha o Km 10, depois que eu vim morar aqui que essas comunidades se formaram”. Com a formação destes outros agrupamentos, houve a redução da participação de algumas famílias na comunidade do Km 15, devido à distância das casas até a sede.

As famílias que predominavam nessa localidade eram quase todas de origem italiana, embora existissem alguns caboclos que já moravam na região. Essa comunidade de Marmeleiro também possibilita a compreensão da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, alguns aspectos culturais que nos mostram detalhes da construção de uma identidade territorial centrada na religiosidade, na ascendência europeia, na policultura e na propriedade privada familiar da terra. No entanto, esse processo contém, no seu âmago, a exclusão dos primeiros moradores, descendentes dos indígenas e dos afrodescendentes.

No município de Verê, por sua vez, identificamos 32 comunidades rurais (Mapa 06), 13 delas pesquisadas para verificar o patrimônio e as principais territorialidades. Das 32 comunidades existentes no município, em 12 delas encontram-se estabelecimentos rurais que possuem práticas agroecológicas, somando 24 famílias com certificação emitida da Rede ECOVIDA de Agroecologia, e mais duas agroindústrias (ECOVIDA, 2015).

As comunidades melhor equipadas são Lambedor, Águas do Verê, Linha Pasto, Presidente Kennedy e Vila Colonial, onde localizamos diversos pavilhões com churrasqueiras, campos de futebol, capelas mortuárias, igrejas, escolas em funcionamento, bares, cemitérios, banheiros, bem como muitas escolas municipais abandonadas, sem qualquer tipo de utilização.

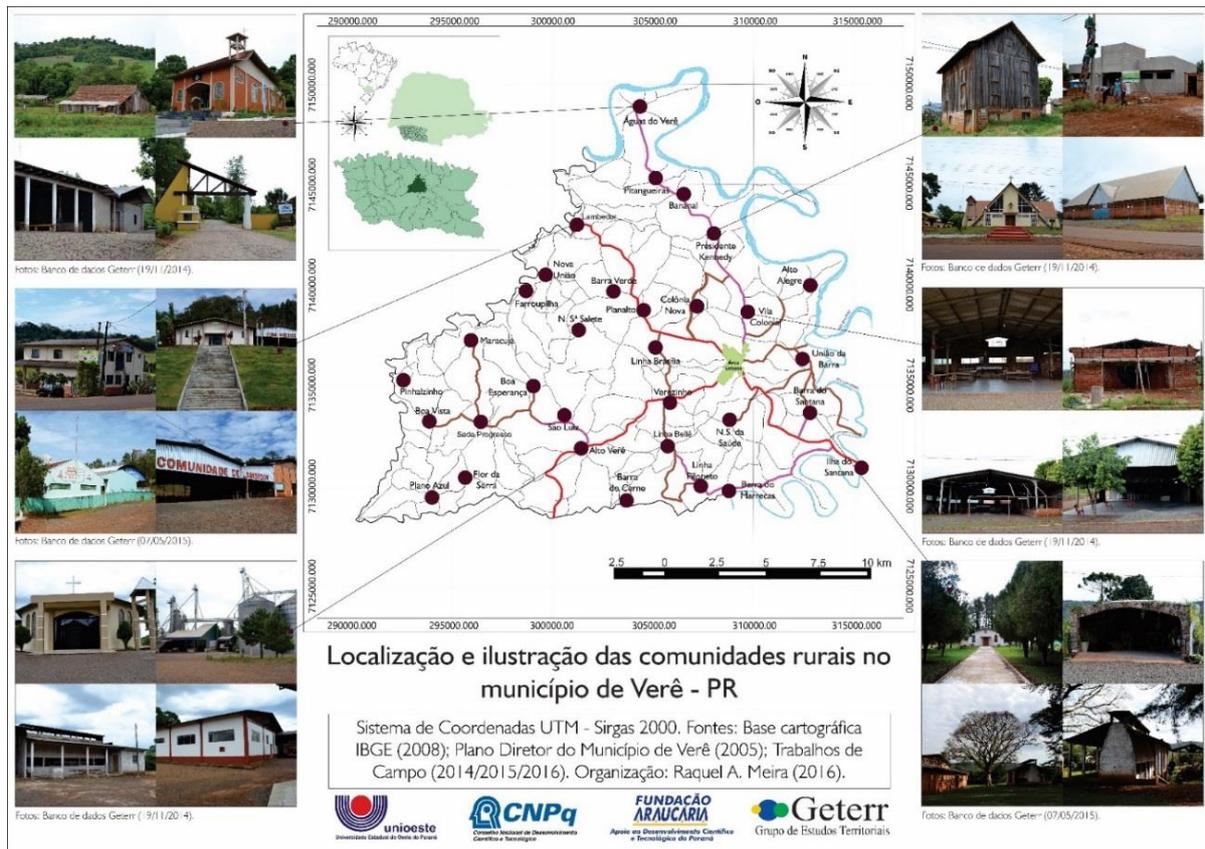
Notadamente, os agricultores reproduzem aspectos de uma cultura camponesa herdada historicamente incorporando novidades geradas urbano-industrialmente. Entre os aspectos culturais que identificamos, destacam-se as relações familiares e comunitárias, de cooperação e solidariedade (associativas e de ajuda mútua), a religiosidade (sobretudo católica e luterana), os saberes e as práticas agroecológicas e artesanais, juntamente com a gestão familiar e a auto-organização política camponesa. Outros aspectos mais específicos, que fazem parte das práticas da agricultura, são o fato de muitos agricultores terem como objetivo principal a reprodução biológica e social da família, a utilização predominante do trabalho familiar; também são donos dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), potencializando estes elementos para a produção agroecológica de comidas (SAQUET, 2017).

No município de Verê há um expressivo destaque para a produção agroecológica entre os seis municípios estudados, onde identificamos um epicentro dos produtores localizados na comunidade Vila Colonial (Mapa 07) e, ao mesmo tempo, certa concentração, também cultural, da

produção de comidas transformadas (com e sem certificação): geleias, conservas, suco de uva, queijos, molho de tomate, açúcar-mascavo, vinho, melado, embutidos e vinagre.

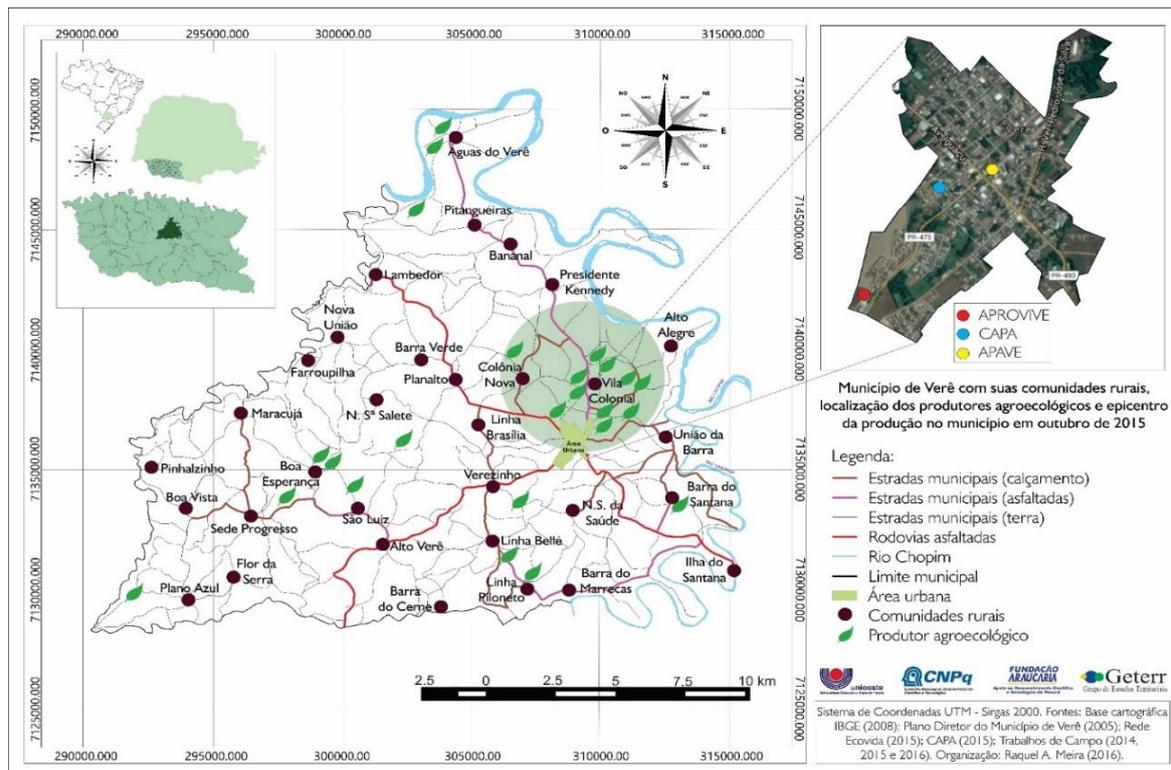
O município de Verê tem destaque na produção agroecológica por contar com o CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia) e a Rede ECOVIDA de Agroecologia. Os agricultores também têm a COOPERVEREDA, antiga APAVE (Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê), onde comercializam toda produção, e a COOPERVIVE, antiga APROVIVE (Associação dos Vitivinicultores de Verê), agroindústria onde são processados alguns produtos que são vendidos em Verê e em outros municípios do Paraná (Mapa 08).

Mapa 06 – Localização e demonstração do patrimônio das comunidades rurais no município de Verê, PR.



Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Dos 24 produtores agroecológicos de Verê, selecionamos um dos estabelecimentos para demonstrar o uso do solo por meio de um croqui, evidenciando a diversidade da produção de comidas (Figura 1): leite, frutas, hortaliças, milho, criação de frangos etc., revelando uma prática ainda comum nas comunidades rurais estudadas, também vinculada à cultura camponesa centrada no trabalho para a sustentação familiar.

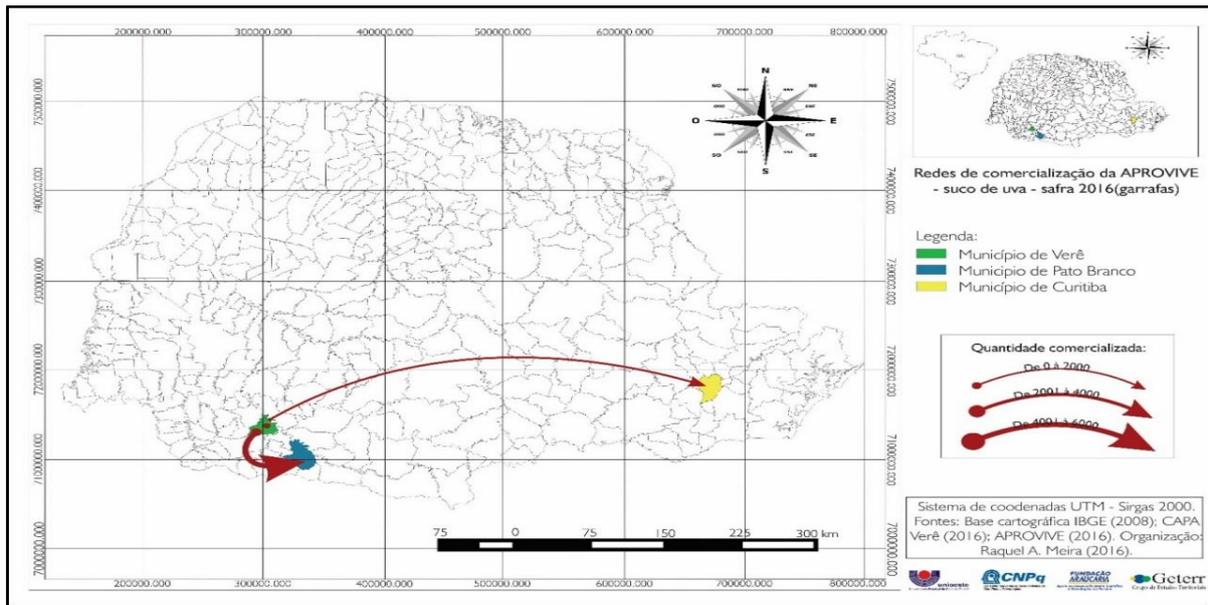
Mapa 07 – Localização dos estabelecimentos agroecológicos no município de Verê, PR.

Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Em Itapejara d'Oeste há produção agroecológica certificada sobretudo de frutas (100% das famílias) e hortaliças (40%), tais como alface, repolho, chicória, rúcula, couve, além de cenoura, tomate, rabanete, beterraba e pimentão (SAQUET, 2017). Os dois produtores agroecológicos que possuem certificação da Rede ECOVIDA de Agroecologia estão na comunidade de Coxilha Rica, dos quais evidenciamos um, também para mostrar o uso diversificado do estabelecimento (Figura 2): horta, açude, cultivos agrícolas, silvicultura, pastagem, pomar etc.

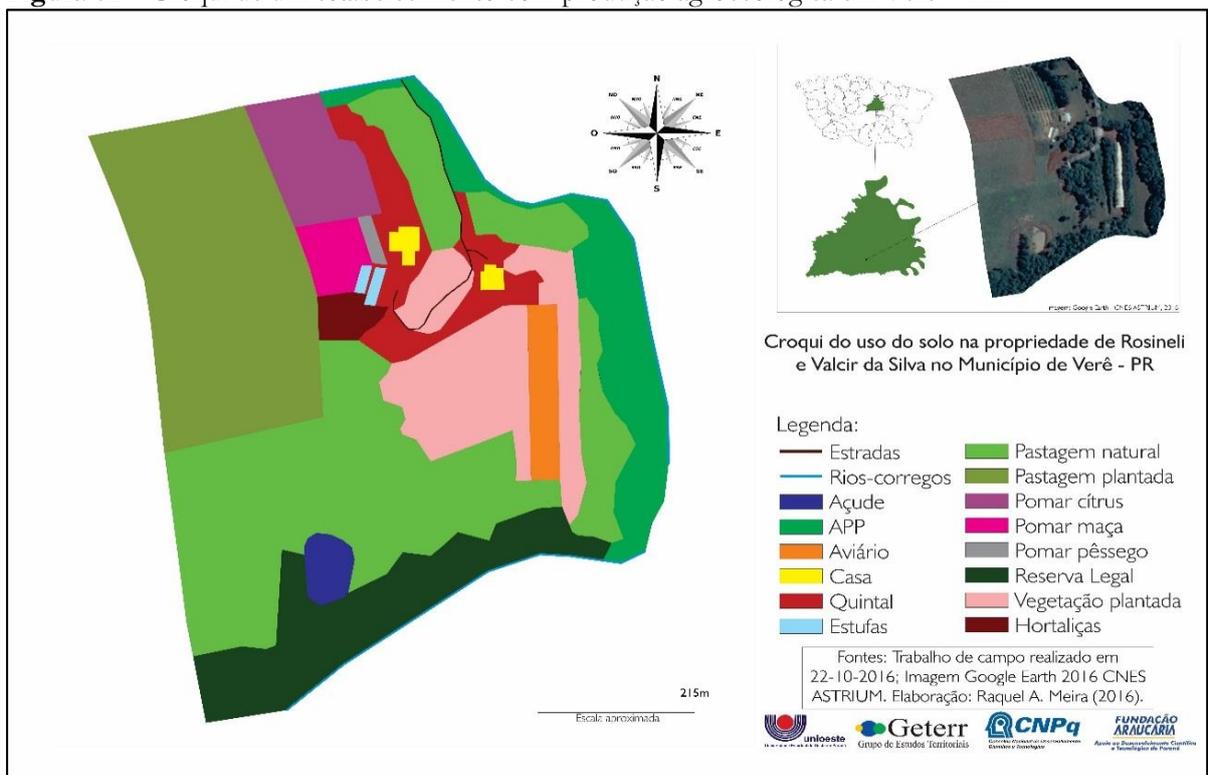
Embora algumas comunidades estejam sendo dissolvidas em Itapejara e também nos demais municípios, no decorrer as pesquisas de campo, identificamos a existência dos mutirões, das festas comunitárias e das visitas aos amigos e vizinhos nos finais de semana. Os mutirões acontecem por não acharem pessoas para trabalhar, assim, ajudam-se para quebrar milho, cortar lenha, puxar pedras das lavouras etc. A vida comunitária persiste, porém, a maioria absoluta dos trabalhadores rurais dos seis municípios está inserida no mercado produzindo soja e milho, trabalhando centrados na individualidade e nos objetivos de cada família, tendencialmente vinculados à vida urbano-industrial.

Mapa 08 – Comercialização de suco de uva pela APROVIVE/COOPERVIVE.



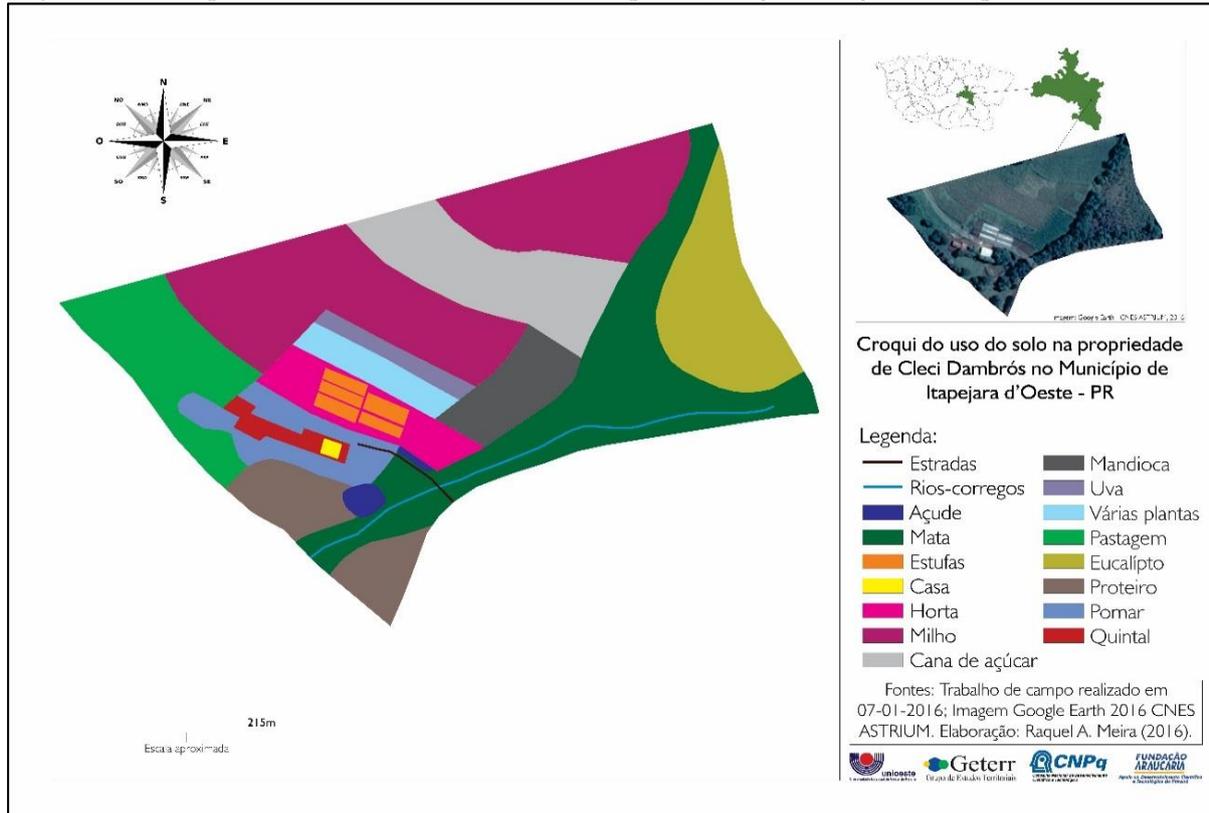
Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Figura 01 – Croqui de um estabelecimento com produção agroecológica em Verê – PR.



Elaboração: Raquel Meira, (2016), com base nas informações cedidas e autorizadas para divulgação pela família.

Figura 02 – Croqui de um estabelecimento rural com produção agroecológica em Itapejara d'Oeste – PR.



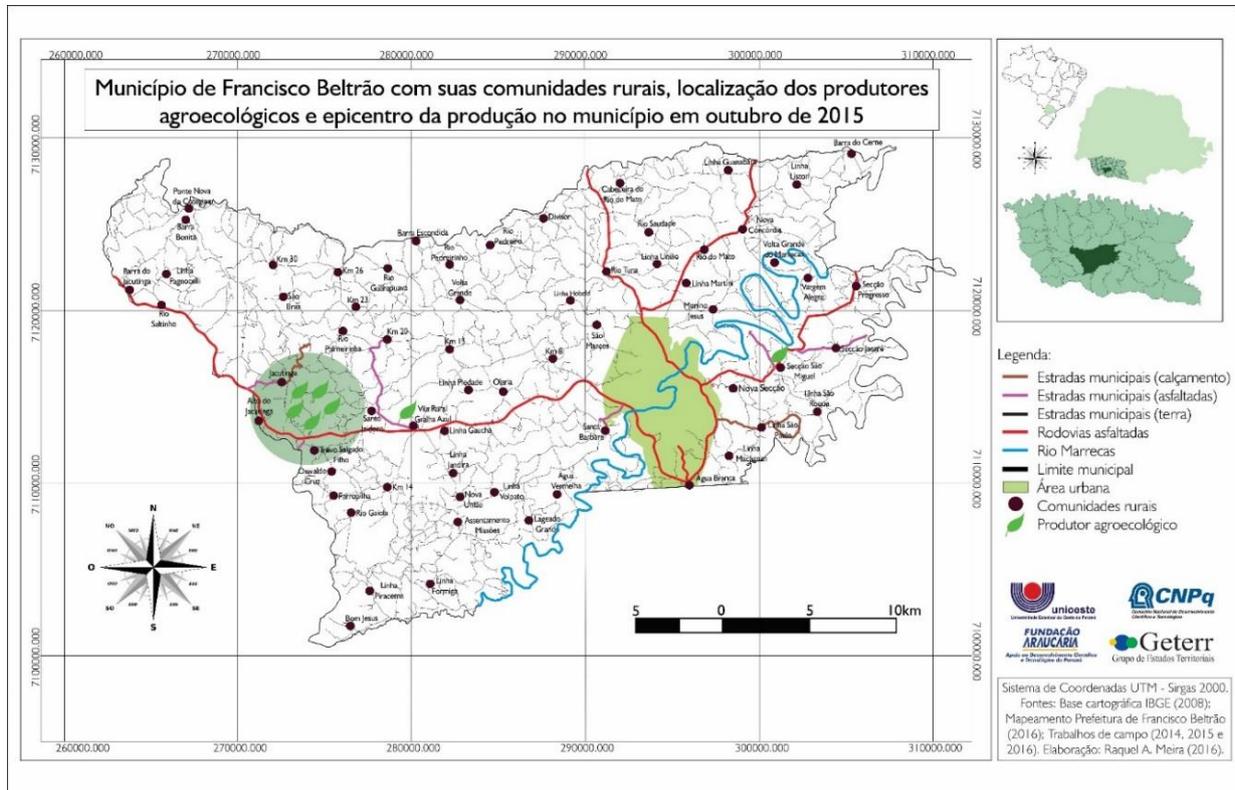
Elaboração: Raquel Meira, (2016), com base nas informações cedidas e autorizadas para divulgação pela família.

E são justamente as reminiscências comunitárias que estão na base da reprodução do maior núcleo de agricultores agroecológicos de Francisco Beltrão, localizado na comunidade de Jacutinga (Mapa 09), resistentes ao agronegócio especialmente a partir de 1996, quando construímos, com algumas daquelas famílias e em parceria com instituições locais, o *Projeto Vida na Roça - PVR* (SAQUET e DUARTE, 1996).

O PVR foi um projeto de articulação política em favor do desenvolvimento numa perspectiva pluridimensional (agropecuária, educação, lazer, ambiente, saúde, cultura e saneamento básico), potencializando a capacidade organizativa local de 133 famílias de agricultores a partir da mobilização de diferentes instituições, especialmente da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), da FACIBEL (Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão) e do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) – Francisco Beltrão, gerando, com a participação dos camponeses, um processo de pesquisa e ação conjuntas voltadas para as práticas agroecológicas, ainda reproduzidas, tendo centralidade nas territorialidades comunitárias em cada município estudado. O movimento diário e/ou semanal, de pessoas, informações e mercadorias, está na base das relações sociais e da ancoragem territorial que sustenta a reprodução agroecológica e,

esta, por meio do processo produção-transformação-certificação-comercialização influencia diretamente a permanência de aspectos fundamentais da cultura camponesa no nível comunitário.

Mapa 09 – Localização dos produtores agroecológicos no município de Francisco Beltrão, PR.



Elaboração: MEIRA, R. A. (2016).

Assim, podemos induzir que há, nas práticas agroecológicas e nas relações comunitárias efetivadas em cada município estudado, territorialidades familiares e institucionais construídas histórica e geograficamente, substantivando *territorializações autocentradas* e gerando distintos territórios (TURCO, 1988), principalmente a partir das atuações do CAPA –Verê, da ASESOAR e da Rede ECOVIDA de Agroecologia. As territorialidades correspondem, portanto, consoante sinalizamos no início deste texto, às relações sociais, efetivam-se no âmbito da vida cotidiana, são plurais e multidimensionais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980]), com significados econômicos, políticos, culturais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos evidente que as territorialidades agroecológicas são resultado de um processo histórico, nas comunidades dos municípios estudados, delineado especialmente a partir dos anos

1940-50, quando se acirra o fluxo migratório no Sudoeste do Paraná, formado por descendentes de alemães, poloneses e italianos. É claro que há saberes e práticas que são reproduzidos na intrincada relação destes sujeitos colonizadores com indígenas, afrodescendentes e mestiços que se reproduziam até então por meio de um modo de vida sem a propriedade privada da terra.

Mesmo assim, com uma gênese histórico-geográfica que remonta à metade do século XX, a produção de comidas sem a utilização de insumos químicos, de maneira organizada ocorre a partir dos anos 1970 e, de forma ainda mais sistemática, a partir dos anos 1990, principalmente com base nas ações da ASSESOAR, do CAPA-Verê e de outras instituições públicas que já evidenciamos em Saquet (2017).

Então, na relação migração-colonização-agricultura-território, dá-se uma complementaridade entre identidade-cultura-comunidade-agroecologia, esta última, substantivando-se como uma estratégia de produção e vida camponesa, por meio da qual se reproduz, histórica e geograficamente, importantes aspectos territoriais comunitários, imanentes, também, ao modo de vida reproduzido no Sudoeste do Paraná por distintos grupos sociais, não somente os descendentes de europeus, embora, atualmente, sejam estes que se destacam nas práticas agroecológicas nos seis municípios estudados.

Suas territorialidades, portanto, agroecológicas e comunitárias, são culturais e identitárias, mas também políticas e ambientais, vinculadas às práticas de formação, mobilização e resistência ao agronegócio, bem como aos movimentos ambientalistas ocorridos nos níveis nacional e internacional, em meio às diferenças e aos conflitos que fazem parte da nossa vida cotidiana, no campo e na cidade. Ainda vivendo em comunidades rurais, os camponeses ora evidenciados produzem uma diversificada e rica gama de comidas para si e para os outros, notadamente para os que vivem nas cidades. Aspecto este central na problemática de estudos e, especialmente, para a reprodução da nossa vida biológica e social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da *modernização agrícola*. In: RIBAS, A.; SPOSITO, E.; SAQUET, M. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004. p. 149-170.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.

BAGNASCO, Arnaldo. **La costruzione sociale del mercato**. Bologna: Il Mulino, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Zahar: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1996.

FALS BORDA, Orlando. **Campesinos de los Andes**. Bogotá: Universidad Nacional, 1961.

BRAGA, Luiz Carlos. **A Territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro - PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

_____. **As temporalidades na agricultura familiar de Marmeleiro, PR**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2015.

BRANDÃO, Carlos. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI**. SP: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

BRISKIEVICZ, Michele e SAQUET, Marcos. A dinâmica migratória e o deslocamento de descendentes de poloneses para Pato Branco (PR). In: LANGER, P.; MARQUES, S.; MARSCHNER, W. (Org.). **Sudoeste do Paraná: diversidade e ocupação territorial**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 117-139.

CAMAGNI, Roberto. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città**. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.

CAMAGNI, Roberto. Luoghi e reti nelle politiche di competitività territoriale. In: CAMAGNI, R. e CAPELLO, R. (Org.). **Strategie di competitività territoriale: il paradigma a rete**. Torino: SEAT, 1997. p.167-179.

DANSERO, Egidio e ZOBEL, Boris. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: BORGARELLO, G.; DANSERO, E.; DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F.; ZOBEL, B. (Org.). **Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale**. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 135-141.

ENTREVISTADO C. J. H. **Entrevista concedida ao projeto: Agricultura camponesa agroecológica na agricultura camponesa agroecológica**. Francisco Beltrão, 28 de out. de 2014.

ENTREVISTADO F. O. F. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica**. Marmeleiro, 04 de jan. de 2015.

ENTREVISTADO I. D. C. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 18 de jul. de 2014.

ENTREVISTADO M. S. R. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 18 de jul. de 2014.

ENTREVISTADO M. T. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 03 de junho de 2014.

ENTREVISTADO O. P. W. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão.** Francisco Beltrão, 03 de jun. de 2014.

ENTREVISTADO A. A. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica.** Marmeleiro, 16 de jan. de 2015.

ENTREVISTADO M. S. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica.** Marmeleiro, 17 de fev. de 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A -11 ed: Rio de Janeiro, 2006.

HELMANN, Cecília Jectl. **História de Jacutinga.** Acervo da Biblioteca da Escola Municipal Professor Parigot de Souza, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Censo Demográfico de 2010.

MAGNAGHI, Alberto. Dalla partecipazione all'autogoverno della comunità locale: verso il federalismo municipale solidade, **Democrazia e Diritto**, n. 3, 2006, p. 1-13.

MAYCOT, E. **Caminhos da história itapejarense.** Prefeitura Municipal de itapejara d'Oeste. 2001.

MEIRA, Raquel Alves de. **Os jovens do campo no município de Itapejara d'Oeste – PR.** Trabalho de Conclusão Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2013.

NESI, Vanderléia. **A migração populacional da comunidade da Seção Jacaré de Francisco Beltrão-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2011.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias, Santa Catarina, **Spartacus -Revista Eletrônica dos Discentes de História**, 2004, p. 01 – p. 11.

PANSERA, Fábio. **Transformações da cultura italiana na Comunidade Seção Jacaré - Francisco Beltrão, PR.** Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE – Francisco Beltrão, 2006.

PEDON, Nelson Rodrigo; SOUZA, Edevaldo Aparecido. Território e Identidade. Três Lagoas-Mato Grosso do Sul, **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, V1 – n. 6, 2007. p. 126 – p. 148.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE. **Saúde.** Disponível em: <<http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/site/2013-08-30-16-22-08/saude>> Acesso em jun. de 2014.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité, **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 21, n.53-54, 1977, p.123-134.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RULLANI, Enzo. La città al tempo delle reti. In: **Le frontiere della Geografia**. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 145-172.

SANTOLIN, Adriano. **Estudo do uso da água no córrego espriado na Comunidade de Seccão Progresso Francisco Beltrão - PR**. Trabalho de Conclusão de Curso, Francisco Beltrão. UNIOESTE, 2006.

SANTOS, Roseli. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” UNESP.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

_____. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, O; SANTOS, E; NETO, A (Org). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014. P. 11-36.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011].

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos e BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial, **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n.31, Presidente Prudente (SP), 2009. p. 3 – 16.

SAQUET, Marcos e DUARTE, Valdir. **Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário**. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.

SAQUET, Marcos; MEIRA, Raquel; PANHO, Leila. Uma contribuição à análise das comunidades rurais do Sudoeste do Paraná, **Revista Faz Ciência**, vol. 17, n. 25, 2015, p. 60-92.

SEIXAS, Renato. Identidade cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica, **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, 2008, p. 93 – 120.

SERENA, José Claudio. **Álbum histórico de Itapejara d'Oeste Paraná**. Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, 1968.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998 [1991].

TURCO, Angelo. **Verso uma teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização.** 2ª ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WOORTMANN, Ellen. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.133-143.